



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 1

M

MANHÃ

ANALISTA LEGISLATIVO

INFORMÁTICA LEGISLATIVA

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- 2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas ou folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta ou da folha de textos definitivos em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

CONHECIMENTOS GERAIS**Língua Portuguesa****1**

Leia o fragmento a seguir.

Zélia e Sandra*Bom dia!*

Logo que, ao meio-dia, encontrei a carta de vocês na caixa de correio, tive vontade de responder imediatamente, mas tive que esperar esta tarde, o momento em que as outras estavam no salão, em torno da tevê, para estar finalmente sozinha na cozinha. Brasília, 20 de março

Em relação à estrutura e aos componentes desse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de um texto descritivo de fatos, descrição, descrição essa que faz parte de uma carta.
- (B) O cumprimento inicial da carta – “Bom dia!” – indica a formulação da resposta no dia seguinte ao recebimento da carta das amigas.
- (C) O indicador temporal dado pela data é repetido por outro marcador temporal no texto da carta.
- (D) O texto mostra um enunciado ancorado na situação de enunciação, ou seja, o enunciador se refere ao momento em que escreve o texto.
- (E) Os marcadores temporais “ao meio-dia”, “imediatamente”, “esta tarde” mostram momentos específicos de tempo.

2

Leia o texto de um jornal a seguir.

Ontem pela manhã, a metade dos funcionários dos correios encarregados da distribuição da correspondência interrompeu seu trabalho a pedido da CGT. Os funcionários exigiam a suspensão de sanções a cinco carteiros e a abertura de negociações para uma discussão sobre horário de trabalho.

A negociação fez com que se suspendessem as sanções, levando ao fim da greve. Depois de uma interrupção de trabalho por quatro horas, os correios afirmaram que as medidas punitivas foram suspensas e que os funcionários aceitaram o novo horário de trabalho.

O trabalho foi retomado normalmente por volta das onze e meia da manhã e a correspondência foi inteiramente entregue, mesmo que com ligeiro atraso.

Sobre a estrutura e os componentes desse texto jornalístico, assinale a afirmativa correta.

- (A) A expressão “Ontem pela manhã” permite que o leitor situe os fatos no calendário.
- (B) A forma do adjetivo “encarregados” está gramaticalmente incorreta, devendo ser substituída por “encarregada”.
- (C) O parágrafo 2 informa que o tempo levado nas negociações provocou o fim das sanções previstas.
- (D) As expressões “Ontem pela manhã” e “onze e meia da manhã” se referem à manhã de dois dias em sequência.
- (E) No segundo parágrafo, a expressão temporal “Depois de uma interrupção de trabalho de quatro horas” indica a razão da ação seguinte.

3

Leia o texto a seguir.

No amanhecer do dia 2 de maio – um dia que se anunciava sereno, ensolarado, em suma, um dia como os outros -, uma multidão numerosa afluía em direção ao palácio, de todos os quarteirões da cidade, e se aglomerava nas grades. Marcelo estava aí misturado. Ele havia sabido na véspera, como todo mundo, que o Infante Francisco de Paula e sua irmã a princesa deviam partir para a França e encontrar o resto da família real.

Ainda de manhã, Marcelo viu chegar duas vans, que os criados encheram de bagagens. Em seguida, depois de alguma espera, ele viu sair do palácio uma elegante mulher jovem que levava uma criança nos braços.

Acerca dos indicadores de tempo no texto acima, é correto afirmar que

- (A) “No amanhecer do dia 2 de maio” é um indicador temporal relativo, pois situa um fato em relação a outros, do mesmo texto.
- (B) o segmento “Em seguida, depois de alguma espera” indica um momento temporal imediatamente posterior.
- (C) no segmento “Ele havia sabido”, a forma verbal pode ser substituída adequadamente por “tinha sabido” ou “soubera”.
- (D) no primeiro período do último parágrafo, as formas verbais “viu chegar” e “encheram” indicam ações simultâneas.
- (E) o narrador do texto participa dos fatos narrados, interferindo diretamente no enredo.

4

A correção gramatical é indispensável a uma boa escrita.

Assinale a frase que mostra a forma verbal correta.

- (A) A dona de casa já proviu a despensa de todo o necessário.
- (B) Todos os dias nós vimos aqui.
- (C) Elas se maqueiam antes de sair.
- (D) Eles sempre ópitam pelos produtos mais baratos.
- (E) Ela mobília a casa pouco a pouco.

5

Assinale a frase em que o sujeito e o agente coincidem.

- (A) O mendigo foi atropelado por um carro em alta velocidade.
- (B) As ondas viraram o barco dos turistas.
- (C) A covid-19 matou muitas pessoas.
- (D) O trabalho é mantido por doações anônimas.
- (E) Os exercícios, todos os alunos os fizeram.

6

Leia o texto a seguir.

A união dos confeitores do Rio de Janeiro confeccionou, por ocasião do quarto centenário da cidade, a praia de Copacabana em massa e pasta de amêndoas, num bolo de 400 quilos. O bolo representa a praia, os pequenos montes ao redor e inúmeros outros detalhes. Os realizadores deste doce monumental esperam angariar uma grande soma de dinheiro já que será dividido em 1000 pedaços, que serão vendidos a R\$20 cada um. Os trinta confeitores que o fabricaram utilizaram 2000 ovos, 150kg de farinha e 50 litros de leite, além de xaropes variados.

Assinale a opção que indica corretamente o paciente da forma verbal destacada e a sua função sintática.

- (A) confeccionou: a praia de Copacabana em massa e pasta de amêndoas / objeto direto.
- (B) representa: a praia / objeto direto.
- (C) esperam angariar: uma grande soma de dinheiro / adjunto adverbial.
- (D) será vendido: pedaços / sujeito.
- (E) utilizaram: os trinta confeitores / sujeito.

7

Leia o texto a seguir.

Leve e equilibrada. A água mineral de Caxambu retira lentamente sua pureza do coração das montanhas de Minas. Pouco mineralizada, essa água mineral pode ser bebida por todos, em todos os momentos do dia.

Sobre a estrutura e os componentes desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O autor do texto tem por finalidade mostrar a pureza da água mineral, apresentando-a como produto valorizador do estado de Minas Gerais e de consumo amplo e medicamentoso.
- (B) Sendo um texto de fundo argumentativo, a tese está localizada no primeiro período do texto.
- (C) Trata-se de um texto informativo que elogia as qualidades de um produto destacado e dirige-se ao potencial consumidor de água mineral.
- (D) Os adjetivos inicialmente destacados funcionam como uma estratégia de suspense já que indicam qualidades sem a identificação do que é por eles qualificado.
- (E) A forma verbal “retira” está empregada no sentido figurado com o valor de ação praticada involuntariamente.

8

Observe as duas frases a seguir.

1. *Ele quis entrar, mas a porta estava fechada.*
2. *A porta estava fechada pelo porteiro.*

Sobre a estruturação e o significado dessas frases, assinale a afirmativa correta.

- (A) As duas frases mostram ações atribuídas a um agente identificável.
- (B) A primeira frase focaliza o resultado de uma ação e não a ação propriamente dita.
- (C) As duas frases centralizam seus interesses em ações e não em fatos.
- (D) As duas frases mostram construções de voz passiva.
- (E) Os textos explicativos procuram omitir algumas informações, como na primeira frase, a fim de atrair a atenção do leitor.

9

Houve um requerimento, esta semana, da Associação de Policiais, para que fossem aumentados seus salários, argumentando, entre outros pontos, que isso ajudaria a combater a corrupção entre eles.

Nesse requerimento, o argumento apresentado mostra o seguinte problema:

- (A) A fundamentação da argumentação na autoridade da própria polícia.
- (B) Uma analogia mal estabelecida entre a atividade policial e outras atividades menos honestas.
- (C) A falta de credibilidade da polícia, cujo pensamento se volta unicamente para o benefício próprio.
- (D) A ilogicidade argumentativa, pois isso equivaleria a dizer que só os mais pobres se corrompem.
- (E) Uma generalização excessiva, já que nem todos os policiais são corruptos.

10

Assinale a frase em que o vocábulo “mais” tem valor de intensidade e não de quantidade.

- (A) As coisas de mais beleza são as que a loucura inspira.
- (B) Não desejes e serás o homem mais rico do mundo.
- (C) Tento manter o mesmo penteado por mais tempo.
- (D) Os homens têm mais desejos ocultos que as mulheres.
- (E) Eu não podia acreditar que havia mais múmias no Egito.

11

A preposição “a” indica valores semânticos variados. Assinale a frase que possui valor semântico, não sendo gramaticalmente exigida por nenhum termo anterior.

- (A) É preferível guerrear contra homens a lutar contra uma mulher.
- (B) Eu não gostaria de pertencer a nenhuma mulher que me aceitasse como marido.
- (C) Não conheço o seu ex-marido, mas começo a me solidarizar com ele.
- (D) A mulher jamais se esquece do seu sexo. Prefere falar com um homem a falar com um anjo.
- (E) Um casamento bem-sucedido é um edifício que deve ser reconstruído a cada dia.

12

Assinale a frase em que há erro de concordância nominal.

- (A) Os escoteiros partiram meio desanimados.
- (B) A escola estava toda pintada de verde e amarelo.
- (C) Vai anexo a documentação pedida.
- (D) Os quadros eram o mais belos possível.
- (E) Elas mesmas são as autoras do delito.

Língua Inglesa

Read Text I and answer the three questions that follow it.

Text I

Generative Art – What’s real?

There is nothing new about the concept and creation of ‘artificial intelligence art’ or ‘generative art’. However, discussion of its legal and ethical or societal implications (both intended and unintended) hit the headlines last week.

Boris Eldagsen refused his Sony World Photography Award 2023 prize in the creative open category on the basis that his entry was the product of artificial intelligence. Mr Eldagsen himself has sparked the latest debate by claiming that “*AI is not photography*” and that the rationale for entering the Awards with the work in question was “...to find out if the competitions are prepared for AI images to enter. They are not”.

The reaction of the World Photography Organisation (running the Sony Awards) has been to acknowledge the need for an element of human involvement, which is the crux of the debate: “*While elements of AI practices are relevant in artistic contexts of image-making, the Awards always have been and will continue to be a platform for championing the excellence and skill of photographers and artists working in this medium*”.

[...]

The conventional (and long assumed) approach has been to recognise the importance of the human hand to an artwork. The question then is: to what extent is the human creator or inputter the ‘artist’ as opposed to the generative system or is the system merely representing the human creator or inputter’s artistic idea? Flowing from that question is what that might then mean in terms of the ownership and value of such works. The debate looks set to continue in this particular context of imagery creation and reproduction coinciding with the increasing availability and use of consumer-grade AI image generation programmes, and the natural inclination of artists to continue to create.

Adapted from <https://www.rosenblatt-law.co.uk/insight/generative-art-whats-real/>

13

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () The dawning of generative art has given rise to a quandary.
- () The winner mentioned was thrilled with the prize he was awarded.
- () The organization responsible for the award stood by their earlier statement that AI yields finer art than that of humans.

The statements are, respectively,

- (A) F – T – T.
- (B) F – T – F.
- (C) T – F – F.
- (D) F – F – T.
- (E) T – T – F.

14

In the first paragraph, the relation between the two sentences is one of

- (A) contrast.
- (B) condition.
- (C) correlation.
- (D) consequence.
- (E) concomitance.

15

The phrase “The crux of the debate” (3rd paragraph) is the same as the

- (A) flaw of the contest.
- (B) heart of the matter.
- (C) growth of the argument.
- (D) outcome of the problem.
- (E) windup of the discussion.

Read Text II and answer the seven questions that follow it

Text II

Boy cries Wolf

After astonishing breakthroughs in artificial intelligence, many people worry that they will end up on the economic scrapheap. Global Google searches for “is my job safe?” have doubled in recent months, as people fear that they will be replaced with large language models (LLMs). Some evidence suggests that widespread disruption is coming. In a recent paper Tyna Eloundou of OpenAI and colleagues say that “around 80% of the US workforce could have at least 10% of their work tasks affected by the introduction of LLMs”. Another paper suggests that legal services, accountancy and travel agencies will face unprecedented upheaval.

Economists, however, tend to enjoy making predictions about automation more than they enjoy testing them. In the early 2010s many of them loudly predicted that robots would kill jobs by the millions, only to fall silent when employment rates across the rich world rose to all-time highs. Few of the doom-mongers have a good explanation for why countries with the highest rates of tech usage around the globe, such as Japan, Singapore and South Korea, consistently have among the lowest rates of unemployment.

Here we introduce our first attempt at tracking AI’s impact on jobs. Using American data on employment by occupation, we single out white-collar workers. These include people working in everything from back-office support and financial operations to copy-writers. White-collar roles are thought to be especially vulnerable to generative AI, which is becoming ever better at logical reasoning and creativity.

However, there is as yet little evidence of an AI hit to employment. In the spring of 2020 white-collar jobs rose as a share of the total, as many people in service occupations lost their job at the start of the covid-19 pandemic. The white-collar share is lower today, as leisure and hospitality have recovered. Yet in the past year the share of employment in professions supposedly at risk from generative AI has risen by half a percentage point.

It is, of course, early days. Few firms yet use generative-AI tools at scale, so the impact on jobs could merely be delayed. Another possibility, however, is that these new technologies will end up destroying only a small number of roles. While AI may be efficient at some tasks, it may be less good at others, such as management and working out what others need.

AI could even have a positive effect on jobs. If workers using it become more efficient, profits at their company could rise which would then allow bosses to ramp up hiring. A recent survey by Experis, an IT-recruitment firm, points to this possibility. More than half of Britain's employers expect AI technologies to have a positive impact on their headcount over the next two years, it finds.

To see how it all shakes out, we will publish updates to this analysis every few months. But for now, a jobs apocalypse seems a way off.

From *The Economist* June 17th 2023, p. 71

16

Based on Text II, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).

- () Many believe AI will eventually make jobs redundant.
- () The conclusion of the text is that the current outlook regarding employment is rather bleak.
- () The authors prefer to probe forthcoming evidence before issuing unequivocal accounts.

The statements are, respectively,

- (A) F – T – T.
- (B) F – T – F.
- (C) T – T – F.
- (D) F – F – T.
- (E) T – F – T.

17

The title of the article means to

- (A) issue a false alarm.
- (B) keep one's eye open.
- (C) be hot and bothered.
- (D) beware of wild animals.
- (E) bear in mind the environment.

18

The adjective in "astonishing breakthroughs" (1st paragraph) is similar in meaning to

- (A) struggling.
- (B) straining.
- (C) strutting.
- (D) striking.
- (E) striving.

19

If someone ends up "on the economic scrapheap" (1st paragraph), this person will feel

- (A) light-minded.
- (B) downcast.
- (C) laid-back.
- (D) shrewd.
- (E) coaxed.

20

By calling some economists "doom-mongers" in "Few of the doom-mongers have a good explanation" (2nd paragraph), the authors

- (A) preserve their aloofness.
- (B) advance their support.
- (C) pour out their praise.
- (D) express their dissent.
- (E) expose their glee.

21

In the last sentence of the first paragraph, when the paper mentions an "upheaval", it refers to the possibility of a future

- (A) dispassion.
- (B) contempt.
- (C) stillness.
- (D) derision.
- (E) turmoil.

22

"as yet" in "there is as yet little evidence" (4th paragraph) can be replaced without significant change of meaning by

- (A) even though.
- (B) pretty near.
- (C) thus far.
- (D) at least.
- (E) after all.

Direito Constitucional e Regimento Interno da Câmara dos Deputados

23

Ingo, de nacionalidade alemã, era casado com Brigitte, de nacionalidade austríaca. Dessa união, nasceu Júlia, que se naturalizou mexicana. Ingo tinha um apartamento no Brasil, onde a família passava férias regularmente e que passou a ser a residência de Júlia nos três últimos anos, considerando a sua afinidade com a cultura brasileira.

Com o falecimento de Ingo, Júlia consultou um advogado a respeito da aplicação, ou não, da lei brasileira, na disciplina da sucessão do referido apartamento.

À luz da Constituição da República de 1988, o advogado respondeu corretamente que a sucessão do referido apartamento

- (A) a exemplo do que se verifica com qualquer bem situado no Brasil, sempre será regida pela lei brasileira.
- (B) será regida pela lei brasileira caso não seja mais favorável a Brigitte e a Júlia a lei pessoal do *de cujus*.
- (C) será regida, ou não, pela lei brasileira, conforme a opção de Brigitte e de Júlia;
- (D) em razão das circunstâncias do caso concreto, será regida pela lei brasileira.
- (E) sempre será regida pela lei do país do último domicílio do *de cujus*.

24

Pedro, Deputado Federal, recebeu, na última semana, diversos representantes do funcionalismo público nos segmentos estadual, distrital e municipal, ocasião em que solicitaram a apresentação de projeto de lei ordinária dispendo sobre a disciplina a ser observada pelos entes federativos que desejassem instituir regimes próprios de previdência social.

Após ouvir todos os segmentos interessados, Pedro concluiu corretamente, à luz da sistemática constitucional, que a proposição

- (A) seria inconstitucional, pois a instituição dos regimes alvitrados é vedada.
- (B) deve ter a forma de lei complementar, por veicular normas nacionais a respeito da referida temática.
- (C) é de iniciativa privativa do Presidente da República, por dizer respeito aos servidores públicos de outras unidades federativas.
- (D) seria inconstitucional, pois a instituição dos regimes próprios deve ser realizada por cada ente federativo, em razão de sua autonomia política.
- (E) pode ser de iniciativa parlamentar, considerando que o regime previdenciário não apresenta correlação necessária com o regime jurídico dos servidores públicos.

25

Maria, servidora pública federal ocupante de cargo de provimento efetivo, após cumprir os requisitos para a aposentadoria voluntária, teve sua aposentadoria deferida pela autoridade federal competente.

Essa autoridade, seguindo orientação de um assessor, encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU), dias depois, o processo administrativo que resultou no ato de aposentação. O Tribunal, ao apreciar o caso no ano seguinte, identificou o não preenchimento do requisito do tempo de contribuição mínimo e se negou a realizar o registro do ato, sem ter ouvido previamente Maria.

Considerando os termos dessa narrativa, à luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- (A) a negativa de registro foi irregular, considerando a não observância da garantia do contraditório.
- (B) o ato de aposentação de Maria somente produziria efeitos financeiros após o seu registro no TCU, o que não ocorreu.
- (C) por não ter identificado os requisitos exigidos para o ato de aposentação, o TCU agiu corretamente ao negar o registro.
- (D) o TCU só deveria apreciar a juridicidade do ato de aposentação se tivesse sido impugnado, o que não ocorreu.
- (E) o processo administrativo não deveria ter sido encaminhado ao TCU, considerando que Maria ocupava cargo em comissão.

26

Maria e Helena, estudiosas do direito constitucional, travaram intenso debate a respeito da possibilidade, ou não, de o não pagamento da dívida pública ensejar a decretação de intervenção federal, pelo Presidente da República, em algum Estado da Federação.

Maria defendia que a suspensão do pagamento da dívida pública, desde que flutuante, poderia ensejar essa medida, que se daria na modalidade de intervenção espontânea. Helena, por sua vez, apregoava que a suspensão do pagamento da dívida pública, desde que consolidada, permitiria a adoção dessa medida, que observaria a modalidade de intervenção provocada.

Inês, ao analisar o posicionamento de Maria e Helena, concluiu corretamente, à luz da sistemática constitucional, considerando, de um lado, o fato deflagrador da intervenção, e, do outro, de modo autônomo, a respectiva modalidade de intervenção, na perspectiva da suspensão do pagamento da dívida pública, que

- (A) ambas estavam totalmente certas.
- (B) ambas estavam totalmente erradas.
- (C) Maria e Helena estavam parcialmente certas.
- (D) Helena estava completamente certa e Maria, parcialmente certa.
- (E) Maria estava completamente certa e Helena, parcialmente certa.

27

No início de determinada legislatura, houve grande movimentação no âmbito da Câmara dos Deputados para a escolha dos denominados *Líderes*.

João, servidor do Partido Político *Alfa*, ao se inteirar sobre as regras a serem observadas nesse processo de escolha, concluiu corretamente, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a referida escolha

- (A) somente está ao alcance dos partidos políticos.
- (B) uma vez realizada, os respectivos agentes não poderão integrar a Mesa.
- (C) deve recair sobre Deputados Federais que ocupem o primeiro quinto da lista de mais votados de cada partido político.
- (D) uma vez realizada, os líderes permanecerão no exercício de suas funções até o fim de cada sessão legislativa ordinária.
- (E) pode ser realizada pelos partidos políticos e pelos blocos parlamentares, sendo admitidos dois vice-líderes para cada.

28

Joana, servidora pública do Estado *Alfa*, foi eleita Deputada Federal, mas iniciara o gozo de licença maternidade dias antes da primeira sessão preparatória para a instalação da primeira sessão legislativa da legislatura.

Observados os termos da narrativa, é correto afirmar que a posse de Joana, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados

- (A) é necessariamente realizada de modo virtual, a exemplo do que se verifica com a generalidade dos parlamentares que não tomem posse presencial no prazo de 30 (trinta) dias, contado da referida sessão preparatória.
- (B) somente pode ocorrer após o término da licença gestante, salvo requerimento de antecipação subscrito pelo líder do partido político ao qual Joana está filiada.
- (C) só pode ocorrer de modo presencial, iniciando-se o limite temporal para a sua realização após o término da licença gestante.
- (D) deve ser necessariamente realizada no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contado da referida sessão preparatória.
- (E) pode ocorrer de modo virtual, a requerimento de Joana, devidamente acompanhado da declaração de parto em período inferior a 120 (cento e vinte) dias.

Direito Administrativo

29

As autoridades competentes no âmbito da Câmara dos Deputados almejam realizar um procedimento de manifestação de interesse, com vistas a viabilizar que a iniciativa privada contribua com soluções tecnológicas inovadoras, que possam causar impacto de relevância pública na otimização de suas atividades, sendo certo que pretende restringir a participação em tal procedimento às chamadas *startups*.

Diante da mencionada situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) a realização do procedimento em apreço importará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos na elaboração de estudos e projetos que venham a ser apresentados.
- (B) se a solução tecnológica apresentada vier a dar ensejo à contratação, a remuneração será realizada somente pelo licitante vencedor, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do Poder Público.
- (C) a realização de tal procedimento, atribuirá àquele que apresentou a solução tecnológica que venha a ser selecionada o direito de preferência no processo licitatório a ser realizado para a respectiva contratação.
- (D) não há possibilidade de restringir a participação no procedimento em questão às *startups*, por ausência de autorização legislativa para tanto e sob pena de violar o princípio da isonomia.
- (E) caso venha a ocorrer a aceitação de uma solução apresentada nos parâmetros indicados no mencionado procedimento, nos termos da lei, a Administração será obrigada a realizar procedimento licitatório para promover a sua contratação.

30

Jaqueline e Isabel são amigas muito próximas que tiveram que realizar o tratamento de dados pessoais no exercício de suas atividades profissionais, sendo certo que Jaqueline o fez para fim exclusivamente jornalístico e Isabel, para fim exclusivamente acadêmico.

Elas estão debatendo a aplicabilidade da Lei nº 13.709/2018 em cada um dos casos especificados, de modo que concluíram corretamente que tal norma

- (A) deve ser aplicada em ambas as situações, na medida em que as pessoas naturais em tais circunstâncias são consideradas controladoras dos dados.
- (B) deve ser aplicada no tratamento de dados realizado por Jaqueline, em decorrência da correlação com a atividade jornalística.
- (C) não deve ser aplicada em nenhuma das situações descritas, pelo simples fato de o tratamento ter sido realizado por pessoas naturais, independente da finalidade.
- (D) não deve ser aplicada na situação de Isabel, que deve respeitar as hipóteses em que é possível o tratamento de dados pessoais e dos dados sensíveis previstos na norma.
- (E) deve ser aplicada em ambas as hipóteses, salvo se Isabel e Jaqueline demonstrarem que realizaram o tratamento para fins pessoais e não econômicos.

31

Felício é servidor público federal estável, ocupante do cargo de analista legislativo da Câmara dos Deputados. Ele almeja pleitear a reconsideração de uma decisão administrativa que indeferiu pedido de licença para tratamento de assuntos pessoais por ele formulada, por acreditar que tem direito ao benefício pleiteado em razão de argumentos que não foram considerados pela autoridade que proferiu a primeira decisão.

Acerca dessa situação hipotética, à luz do direito de petição consagrado na Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que

- (A) em caso de provimento do pedido de reconsideração, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.
- (B) o pedido de reconsideração deverá ser recebido com efeito suspensivo, independentemente de juízo da autoridade competente.
- (C) o pedido de reconsideração deve ser direcionado para a autoridade que proferiu tal primeira decisão e poderá ser renovado, caso não seja acolhido.
- (D) não é cabível apresentar pedido de reconsideração, pois a mencionada norma prevê apenas o recurso hierárquico para tal finalidade.
- (E) o pedido de reconsideração deve ser apresentado no prazo de dez dias, a contar da publicação ou ciência da decisão recorrida.

32

Ao realizar um levantamento acerca das alegações de defesa da União nas ações indenizatórias em decorrência da responsabilidade civil do Estado ajuizadas em face do mencionado ente federativo, Kelvin verificou que: em algumas situações, foi alegada a culpa concorrente da vítima para o evento danoso; em outras, foi sustentada a existência de fato exclusivo de terceiro; além daquelas em que foi argumentado que os danos decorreram de caso fortuito ou força maior.

Diante de tais circunstâncias, Kelvin concluiu que causas excludentes da responsabilidade civil do Estado

- (A) estão realmente caracterizadas em todas as hipóteses analisadas.
- (B) não estão caracterizadas em nenhuma das hipóteses analisadas.
- (C) estão realmente caracterizadas apenas nas alegações de caso fortuito e força maior.
- (D) estão realmente caracterizadas nas alegações de culpa concorrente da vítima e de fato exclusivo de terceiro.
- (E) estão realmente caracterizadas nas alegações de fato exclusivo de terceiro, além daquelas de caso fortuito e força maior.

33

Maristela pleiteou determinado ato vinculado junto à Administração Pública, mediante a apresentação de documentação que comprova o preenchimento de todos os requisitos previstos em lei.

Ocorre que o ato em questão foi negado pela autoridade competente, exclusivamente, sob a seguinte fundamentação genérica: “Indeferido, pois não atende ao interesse público”.

Diante dessa situação hipotética, considerando as normas acerca da motivação dos atos administrativos constantes da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

- (A) é adequada a conduta da Administração Pública porque a motivação apresentada se revela suficiente para o indeferimento do ato vinculado em questão, ao invocar o interesse público.
- (B) é inadequada a conduta da Administração Pública porque ainda que o indeferimento seja de ato vinculado, a motivação é necessária e deve ser clara, explícita e congruente.
- (C) é adequada a conduta da Administração Pública em razão de o indeferimento da licença ser ato vinculado, que sequer precisa de motivação.
- (D) é adequada a conduta da Administração Pública pois, apesar de o ato ser vinculado, sempre há margem de escolha para o Poder Público indeferir os pedidos efetuados com fundamento no interesse público.
- (E) é inadequada a conduta da Administração Pública considerando que motivação é sinônimo de motivo que deve ser considerado elemento ou requisito do ato administrativo, a viabilizar a invocação da teoria dos motivos determinantes.

34

Recentemente, Gerusa estava lendo matéria jornalística que mencionava o sucesso de determinado termo de parceria formalizado entre a União e determinada organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, qualificação que teria sido obtida por determinada cooperativa que desenvolve atividade de relevante interesse social.

Ocorre que Gerusa vem estudando para concurso público e decidiu aprofundar o seu aprendizado em relação à organização administrativa e ao terceiro setor, vindo a concluir, acerca dos fatos mencionados na referida notícia, que ela

- (A) está em consonância com o ordenamento jurídico, notadamente porque o termo de parceria deve ser formalizado com órgãos e entidades administrativas, que é o caso da aludida OSCIP.
- (B) está em desconformidade com o ordenamento jurídico, na medida em que os instrumentos a serem formalizados com as OSCIP são o termo de colaboração e o termo de fomento, considerando que tal entidade não integra o conceito de Administração Pública.
- (C) não está de acordo com o ordenamento jurídico, pois a cooperativa não poderia ter obtido a qualificação como OSCIP, apesar de o instrumento formalizado com tais entidades do terceiro setor ser o mencionado termo de parceria.
- (D) não tem qualquer mácula perante o ordenamento jurídico, especialmente porque a OSCIP é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que integra a Administração Indireta, com a qual o instrumento adequado a ser formalizado é o termo de parceria.
- (E) está em conformidade com a ordenamento jurídico, que admite a formalização de diversos instrumentos com a OSCIP, dentre os quais o aludido termo de parceria, além do contrato de gestão.

35

Ao ser aprovado em determinado concurso público, Clóvis decidiu rememorar as condutas especificadas na Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, que estão entre os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, concluindo corretamente que entre elas se enquadra a de

- (A) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (B) exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente de suas atribuições.
- (C) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- (D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (E) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

36

Na hipótese de a União decidir editar uma lei que altere a forma de cálculo da remuneração de certa carreira de servidores públicos federais que exercem atividade tipicamente administrativa, a fim de determinar que ela será realizada por meio de subsídio, à luz dos ditames Constitucionais acerca dos agentes públicos, é correto afirmar que

- (A) não poderá ser adotado o subsídio para o pagamento dos servidores de carreira administrativa, na medida em que é espécie remuneratória exclusiva dos membros de Poder.
- (B) não poderá ser adotado o subsídio para os servidores que já ocupem os respectivos cargos efetivos, na medida em que há direito adquirido a imutabilidade de regime jurídico quanto à forma de cálculo da remuneração dos servidores.
- (C) poderá ser adotado o subsídio, mediante a manutenção e pagamento simultâneo de outras verbas remuneratórias da respectiva carreira, tais como adicionais, gratificações e abonos que tenham sido estabelecidos por lei.
- (D) deverá ser adotado o subsídio para fins de adequação da remuneração de tais agentes aos ditames constitucionais, na medida em que os servidores de carreira administrativa devem, necessariamente, receber pela mencionada espécie remuneratória.
- (E) poderá ser adotado o subsídio como parcela única, que inclua os valores atinentes aos acréscimos pecuniários de natureza remuneratória pagos a mencionada carreira, desde que preservada a irredutibilidade de vencimentos.

37

No regular exercício do poder de polícia, os agentes competentes da Administração Pública podem escolher o melhor momento para realizar a respectiva fiscalização, bem como devem determinar a sanção mais adequada ao caso concreto, notadamente nas situações em que duas ou mais penalidades sejam previstas para certa infração.

Tais situações retratam o atributo da

- (A) discricionariedade.
- (B) coercibilidade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) consensualidade.
- (E) exigibilidade.

38

Determinada autoridade competente de um órgão de investigação em âmbito federal fez editar um Ofício determinando que todas as informações e documentos incluídos no sistema eletrônico de informações do respectivo órgão são de acesso restrito ou sigiloso, vedando, por conseguinte, genericamente, o acesso público a qualquer dado daquela repartição.

Considerando as normas constantes do ordenamento pátrio sobre o acesso à informação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que o mencionado Ofício

- (A) é válido, na medida em que indica as situações em que a imposição de restrição ou sigilo é viável.
- (B) é nulo, porque qualquer ato restritivo da publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal.
- (C) é válido, diante da viabilidade de restrição genérica ao acesso de informações, para assegurar a intimidade e a vida privada das pessoas a que digam respeito.
- (D) é nulo, pois não é possível a restrição de qualquer informação, ainda que relativa à segurança da sociedade e do Estado.
- (E) é válido, por se tratar de uma mitigação do princípio da publicidade respaldada pela Constituição da República de 1988.

39

Suponha que a União pretenda realizar um contrato que preveja a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.

Nesse caso, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, cumpridas as devidas formalidades legais, a duração máxima de tal contrato terá prazo

- (A) de até cinco anos.
- (B) de até vinte anos.
- (C) de até quinze anos.
- (D) de até trinta e cinco anos.
- (E) indeterminado.

40

Os representantes das sociedades Gama e Beta estão debatendo sobre as impugnações que apresentaram perante a Administração Pública Federal relacionadas a decisões administrativas distintas que surtiram efeitos na esfera jurídica de cada uma delas, diante do receio de terem as respectivas situações agravadas.

No caso da sociedade Gama, o processo administrativo está em fase de recurso; já no da sociedade Beta, foi apresentado pedido de revisão de determinada sanção, seis anos após a penalidade, em razão do surgimento de fatos novos que comprovam a inadequação da penalidade então aplicada.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

- (A) não há possibilidade de agravamento da situação jurídica de nenhuma das referidas sociedades, diante da vedação expressa tanto na hipótese de recurso quanto na de revisão.
- (B) operou-se a prescrição do pedido de revisão realizado pela sociedade Beta, considerando que o prazo máximo para tanto é de cinco anos.
- (C) é possível o agravamento da situação jurídica da sociedade Gama, hipótese em ela deverá ser cientificada para que formule suas alegações antes da decisão do recurso.
- (D) é viável o agravamento da situação jurídica de ambas as sociedades, em decorrência do princípio da autotutela da Administração.
- (E) apenas a sociedade Beta deve se preocupar com a possibilidade de agravamento da sanção no âmbito do pedido revisional, pois tal modificação não é possível em sede de recurso.

41

As trigêmeas Mariana, Marcela e Miriam foram investidas no serviço público mediante aprovação em concursos públicos distintos na área da tecnologia da informação: Mariana para emprego público em empresa pública federal, Marcela para cargo de analista legislativo da Câmara dos Deputados e Miriam para certa autarquia federal.

Considerando as disposições constitucionais acerca dos agentes públicos, é correto afirmar que

- (A) Miriam e Mariana devem ser submetidas ao regime jurídico trabalhista.
- (B) Mariana poderia ter sido investida no emprego público em questão sem a realização de concurso público.
- (C) apenas Marcela terá direito à estabilidade, caso adquira a estabilidade, na hipótese de o cargo que ocupa ser declarado extinto ou desnecessário.
- (D) o regime jurídico único dos servidores públicos federais deve ser aplicado nas situações de Marcela e Miriam, mas não na de Mariana.
- (E) as três irmãs terão direito à estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício, mediante aprovação em avaliação especial de desempenho.

42

Autoridades competentes da União verificaram que determinado ato administrativo discricionário foi regularmente deferido com base na legislação então vigente, de modo que não possuía qualquer vício, mas que a superveniência de lei fez com que ele se tornasse incompatível com o ordenamento jurídico.

Nesse caso, é correto afirmar que tal situação deveria ensejar a

- (A) caducidade do ato administrativo.
- (B) revogação do ato administrativo.
- (C) convalidação do ato administrativo.
- (D) cassação do ato administrativo.
- (E) anulação do ato administrativo.

43

Ao definir o objeto da contratação de um determinado serviço na área de tecnologia da informação a Administração Pública verificou que haverá necessidade promover debates com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, após o que serão apresentadas as respectivas propostas.

A modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021 pertinente para a situação descrita é

- (A) o convite.
- (B) o concurso.
- (C) a concorrência.
- (D) o diálogo competitivo.
- (E) o pregão.

44

Janderson e Rosângela são amigos de longa data e estavam estudando juntos para certo concurso público em âmbito federal, quando decidiram se aprofundar na temática atinente ao decreto autônomo, concluindo ambos corretamente que se trata da edição de ato normativo pelo Presidente da República

- (A) para a fiel execução da lei.
- (B) que não tem qualquer respaldo constitucional.
- (C) que é considerado contrário à lei.
- (D) que não pode impor obrigações nem restringir direitos.
- (E) que inova no ordenamento jurídico e busca o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

Raciocínio Lógico-Matemático

45

Um campeonato de futebol é disputado por 8 equipes. A equipe vencedora de um jogo ganha 3 pontos, a equipe perdedora não ganha ponto. Em caso de empate, as duas equipes ganham 1 ponto. Em cada rodada, são realizados 4 jogos.

A tabela a seguir mostra a pontuação das equipes ao final do primeiro turno, após 7 rodadas.

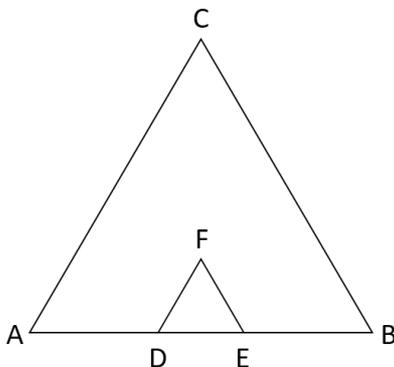
Equipe	Pontos
A	14
B	12
C	12
D	11
E	7
F	7
G	5
H	4

O número de empates que houve no primeiro turno é igual a

- (A) 10.
(B) 11.
(C) 12.
(D) 13.
(E) 14.

46

A figura a seguir mostra dois triângulos equiláteros, o maior de lado 16 e o menor de lado 4.



O triângulo menor está situado de modo que a distância de A a D seja igual à distância de E a B. Deseja-se preencher a região situada entre os dois triângulos com triângulos equiláteros de lado 1, sem sobreposição.

O número de triângulos de lado 1 necessários para fazer esse preenchimento é igual a

- (A) 240.
(B) 280.
(C) 320.
(D) 360.
(E) 400.

47

Uma certa empresa farmacêutica guarda a sete chaves o segredo do lançamento de seus próximos produtos. Uma espionagem patrocinada por uma empresa concorrente descobriu que três novos medicamentos estão sendo produzidos: anti-A (contra azia), anti-B (contra bronquite) e anti-C (contra cefaleia), mas não soube dizer se eles serão ou não lançados no mercado.

A espionagem conseguiu ainda recolher as seguintes informações adicionais:

- se o anti-C for lançado, o anti-A também será lançado.
- se anti-C não for lançado, o anti-A também não será lançado.
- se o anti-B for lançado, o anti-A também será lançado, mas não o anti-C.

Com essas informações, a empresa concorrente sabe que

- (A) se o anti-B não for lançado, o anti-C não será lançado.
(B) não haverá lançamentos.
(C) ou o anti-A não será lançado ou o anti-C não será lançado.
(D) apenas um medicamento será lançado.
(E) se o anti-A for lançado, o anti-B não será lançado.

48

Um movimento de um pentágono corresponde a um giro em torno de seu centro de 72 graus, no sentido horário ou no sentido anti-horário, de modo que os vértices mudem de posição, mas a região interior do pentágono fique inalterada. Queremos retornar os vértices à posição original após 7 movimentos.

O número de modos distintos com que isso pode ser feito é igual a

- (A) 7.
(B) 10.
(C) 12.
(D) 14.
(E) 18.

49

João vai comprar uma moto, cujo preço à vista é de 10 mil reais. João dispõe dessa quantia, mas existe a possibilidade de pagamento a prazo, com 4 mil reais de entrada e duas prestações iguais, a primeira a ser paga após um ano, a segunda a ser paga um ano após a primeira. João dispõe de uma aplicação muito boa, que lhe rende 50% ao ano.

Para que a venda à vista ou a prazo sejam equivalentes, o valor de cada prestação deve ser igual a

- (A) 5300 reais.
(B) 5400 reais.
(C) 5500 reais.
(D) 5600 reais.
(E) 5700 reais.

50

Apresentamos o jogo dos sinais. A regra de operação dos sinais (+) e (-) é análoga à da multiplicação:

- (+) com (+) é igual a (+)
- (-) com (-) é igual a (+)
- (+) com (-) é igual a (-).

Assim, temos que:

$$(+) (+) (+) = (-) (+) (-) = (+) \text{ e } (+) (+) (-) = (-) (-) (-) = (-).$$

Permutações da ordem dos sinais não alteram o resultado.

Na tabela a seguir, devemos completar os quadrados em branco de modo que:

- a operação dos três primeiros sinais da linha i tenha como resultado o sinal da última coluna dessa linha, para $i = 1, 2, 3$.
- a operação dos três primeiros sinais da coluna j tenha como resultado o sinal da última linha dessa coluna, para $j = 1, 2, 3$.

Por exemplo, se em uma linha tivermos

(+)	(-)		(+)
-----	-----	--	-----

concluimos que o quadrado branco deve ser preenchido com (-) porque (+) com (-) com (-) dá (+).

Considere agora a tabela a seguir:

(+)			(-)
	(+)		(+)
			(+)
(-)	(-)	(-)	

O número de soluções **distintas** da tabela é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

51

Uma urna contém duas bolas brancas. Uma segunda urna contém uma bola branca e outra preta. Retira-se uma bola branca, desconhecendo-se de qual urna ela saiu. A seguir, as urnas são embaralhadas e uma segunda bola é retirada.

A probabilidade de que a segunda bola seja preta é igual a

- (A) $3/8$.
- (B) $2/3$.
- (C) $1/6$.
- (D) $1/3$.
- (E) $1/4$.

52

Dois moscas partem ao mesmo tempo de um ponto do chão de uma sala e voam em linha vertical reta em direção ao teto. A primeira mosca, que tem o dobro da velocidade da segunda, bate no teto e volta pelo mesmo caminho.

Quando elas se encontram, elas estão

- (A) a igual distância do teto e do chão.
- (B) duas vezes mais perto do teto do que do chão.
- (C) duas vezes mais perto do chão do que do teto.
- (D) três vezes mais perto do teto do que do chão.
- (E) três vezes mais perto do chão do que do teto.

53

Escritos no sistema binário, $a = 11010011$ e $b = 1010110$.

A representação binária do número $a - b$ é igual a

- (A) 1101101.
- (B) 1011101.
- (C) 1111101.
- (D) 1011001.
- (E) 1101001.

54

Uma fazenda produz queijo prato e queijo minas. A produção de queijo prato é 20% maior do que a produção de queijo minas, e o preço de venda do queijo minas corresponde a 80% do preço de venda do queijo prato.

A contribuição percentual do queijo minas no faturamento de venda da fazenda é de

- (A) 54%.
- (B) 56%.
- (C) 58%.
- (D) 60%.
- (E) 62%.

Administração Financeira e Orçamentária

55

Os Princípios Orçamentários têm como objetivo estabelecer diretrizes fundamentais que buscam conferir racionalidade, eficiência e transparência aos procedimentos relacionados à criação, implementação e fiscalização do orçamento público.

Em relação aos Princípios Orçamentários aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todas as esferas governamentais, assinale a opção correta.

- (A) Não-Vinculação da Receita de Impostos estabelece que a Lei Orçamentária Anual não deve incluir dispositivos que não estejam relacionados à previsão de receita e à alocação de despesas.
- (B) Exclusividade exige que o Poder Público realize ou se abstenha de fazer apenas o que for expressamente autorizado pela lei.
- (C) Totalidade implica que cada ente federado deve possuir um único orçamento a fim de evitar a criação de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.
- (D) Publicidade requer que as receitas e despesas sejam registradas na Lei Orçamentária Anual pelo seu valor total e sem nenhum tipo de dedução.
- (E) Universalidade implica a necessidade de que cada ente federado possua um orçamento único, com o objetivo de evitar a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

56

Na análise das matérias orçamentárias, os membros das casas Legislativas desempenham uma gama de atividades que incluem estudos, avaliações, debates e consultas, bem como a busca de informações e a participação em audiências públicas com autoridades e especialistas.

A Constituição Federal de 1988 restaurou o poder do legislador de emendar o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), especialmente no que se refere ao aumento ou à criação de novas despesas.

As emendas ao projeto de LOA ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas caso

- (A) indiquem um aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa.
- (B) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (C) anulem dotações que envolvam gastos com pessoal e encargos, serviço da dívida e transferências tributárias intergovernamentais.
- (D) sejam compatíveis com o plano plurianual ou com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, incluídas as que incidem sobre dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

57

O ciclo orçamentário abrange as seguintes etapas: elaboração da proposta, apreciação legislativa, execução, controle e avaliação. Refere-se ao intervalo de tempo durante o qual ocorrem as atividades características do orçamento público, desde sua concepção até a avaliação final.

Acerca do *ciclo orçamentário*, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A elaboração da proposta orçamentária envolve a consolidação pelo Poder Legislativo do projeto da lei orçamentária anual, abrangendo as propostas orçamentárias dos demais Poderes, seguida do envio ao Poder Executivo para apreciação.
- () A execução orçamentária compreende a utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral da União, visando à realização das ações atribuídas às unidades orçamentárias. Envolve os três estágios da receita: empenho, liquidação e pagamento.
- () A avaliação orçamentária consiste na avaliação do cumprimento das metas previstas na LOA e da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, abrangendo também a avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – V.

58

A receita pública denomina os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias e extraorçamentárias. Dois são os critérios classificatórios na natureza da receita pública: as categorias econômicas e as origens da receita.

Relacione cada item a seguir à respectiva definição.

1. Natureza de receita.
 2. Receitas correntes.
 3. Origens da receita.
 4. Receitas de capital.
- () receitas arrecadadas no exercício financeiro que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.
 - () receitas que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.
 - () constitui a classificação básica para as análises econômico-financeiras sobre o financiamento das ações governamentais.
 - () estrutura-se em cinco níveis de desdobramento, cujo código visa ao conhecimento e à análise da origem dos recursos.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 4 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

59

Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Assinale a opção que indica a diretriz a ser adotada nos *Restos a pagar*.

- (A) A obrigatoriedade de o gestor público, no último ano do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- (B) A vedação de o gestor público, no último ano do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- (C) A vedação de o gestor público estabelecer limites para inscrição em restos a pagar de despesas não pagas até 31 de dezembro.
- (D) A obrigatoriedade de o gestor público, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- (E) A vedação de o gestor público, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

60

O regime de adiantamento (suprimento de fundo) envolve a entrega de numerário ao servidor para é um adiantamento concedido ao servidor para pagamento de despesas, com prazo certo para utilização e comprovação de gastos.

Em relação ao regime de adiantamento, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A concessão do benefício ocorre por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.
- () O regime de adiantamento aplica-se a despesas recorrentes.
- () O Portal da Transparência do Governo Federal apresenta as transações de “Saque” e de “Compra” presentes nas faturas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

Questão Discursiva

O Máximo Divisor Comum (MDC) de dois ou mais números inteiros, positivos e diferentes de zero é o maior (máximo) número inteiro que divide simultaneamente esses dois ou mais números. Os exemplos a seguir ilustram o cálculo do MDC.

Números	MDC
90, 12	6
23, 17	1
1024, 2048, 256, 48	16

Item 1

Descreva em português, sucinta e precisamente, o passo a passo de um algoritmo eficiente que calcula o MDC de dois números inteiros, positivos e diferentes de zero.

Observações sobre o texto apresentado:

- deve respeitar rigorosamente a especificação;
- deve ser claro e organizado;
- não deve conter comentários e/ou justificativas;
- não deve incluir trechos que estejam fora do escopo da solução.

Item 2

Codifique um(a) método/função intitulado(a) MDCmulti que calcule e retorne o MDC de um conjunto de números, ou seja, o maior (máximo) número que divide simultaneamente todos os números do conjunto fornecido. A função, ou método, recebe apenas um parâmetro, na forma de um array, contendo dois ou mais números inteiros, positivos e diferentes de zero. Esse parâmetro não deve ser validado, pois supostamente estará sempre correto. Uma dica útil: $MDC(a,b,c) = MDC(MDC(a,b), c)$.

O código deve ser integralmente codificado numa única linguagem, que pode ser Java ou JavaScript. Nenhuma outra será aceita.

- Caso a linguagem escolhida for JavaScript, basta codificar uma função (*function*); eventuais funções auxiliares devem adotar o mesmo padrão;
- Caso a linguagem escolhida for Java, basta codificar um método (*static*), não sendo necessário apresentar as demais declarações que constituem a classe; eventuais métodos auxiliares devem adotar o mesmo padrão.
- Para facilitar a codificação, é permitido supor, e utilizar opcionalmente, um(a) método/função preexistente, intitulado(a) MDCdue, que retorna o MDC de dois números inteiros, *a* e *b*, positivos e diferentes de zero, recebidos como parâmetros de acordo com os modelos a seguir. O método/ função MDCdue pode ser invocado(a) no código apresentado sem necessidade de codificar sua implementação, e o resultado retornado é suposto correto. Nenhum(a) outro(a) método/função adicional, oriundos de bibliotecas, módulos ou frameworks, e afins, pode ser empregado(a) no código apresentado.

Codificação JavaScript	Codificação Java
<pre>function MDCdue(a, b) { ----- return (x); }</pre>	<pre>static int MDCdue(int a, int b) { ----- return (x); }</pre>

Observações sobre o código apresentado:

- deve manter a assinatura especificada e respeitar rigorosamente as especificações;
- deve respeitar a sintaxe da linguagem de programação escolhida;
- não deve conter comentários ou incluir trechos fora do código requisitado, pois serão considerados erros de sintaxe.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

Realização

